

05 AGO 1990

JORNAL DE BRASÍLIA

Uma nova prioridade

Ao longo da última semana surgiram importantes indícios de que a economia brasileira entra efetivamente numa fase de estabilização. Os sinais vêm das mais diversas fontes: da constatação de que os preços — inclusive dos gêneros básicos — estão subindo a um ritmo inferior ao dos meses anteriores; a especulação financeira (dólar, ouro, aplicações de curíssimo prazo, etc.) diminuiu drasticamente, a ponto de registrar evolução real negativa em suas cotações e taxas; enquanto as contas públicas mantêm-se superavitárias.

Ainda é cedo para que se possa afirmar com segurança se a estabilidade alcançada será duradoura. Ao longo da última década, o País sofreu de uma crise persistente, com intervalos de recuperação econômica. Tais momentos, contudo, foram obtidos através de recursos como os congelamentos de preços e outras providências, aplicadas isoladamente ou através de choques. Ao não incidir sobre as causas do problema, mas apenas sobre alguns de seus sintomas, tais terapias fizaram com que, após dez anos, a situação do paciente não fosse muito melhor que no início do tratamento, pelo contrário. Esta constatação, por si só, deveria ser suficiente para demonstrar que o caminho tem de ser outro.

O núcleo da política econômica adotada pelo atual Governo é formado por medidas de caráter recessivo. Esta circunstância, que não foi admitida inicialmente, mas que hoje é reconhecida pelos principais integrantes da equipe ministerial significa que sua aplicação só pode ser temporária. Trata-se de um recuo no processo de desenvolvimento do País.

Raciocínio semelhante deve ser aplicado à estabilidade, que não pode ser vista como um fim em si mesmo. Em economia não há milagres, afirmou há poucos dias o presidente da República. E os equilíbrios são sempre precários, poder-se-ia acrescentar.

A estabilidade pode estar sendo alcançada, mas já é necessário que se pense no que fazer com ela. A experiência dos planos econômicos passados e de outros países indica que a passagem da estabilidade para a retomada do crescimento é tão complexa e arriscada como sua conquista. Daqui para a frente será preciso muita atenção e agilidade nas iniciativas governamentais para recuperar a infra-estrutura e os serviços públicos que estão deteriorados, sem que isto represente a volta do déficit público; para estimular a produção agrícola sem elevar em demasia a liquidez; para administrar o comércio exterior de maneira a conter eventuais manobras dos oligopólios instalados no País, mas sem que as importações conduzam à desindustrialização ou à crise cambial. Isto para não mencionar o resgate imprescindível da dívida social.

Um dos fatores que, no passado recente, inviabilizaram a retomada do crescimento após curtos períodos de recessão, inclusive gerando processos inflacionários naturais foi o elevado nível de obsolescência e a pequena capacidade para expandir a produção em setores vitais da economia. A elevação da produtividade deve ser uma preocupação prioritária do Governo e do setor privado no momento em que a estabilidade é alcançada.